



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.  
Campus Juiz de Fora

**Ata da vigésima nona Reunião do Conselho do Câmpus Juiz de Fora realizada no dia 27 de março de 2015.** Atendendo a convocação nº 002/2015-DG/Câmpus Juiz de Fora/IF Sudeste MG de 25 de março de 2015, reuniram-se as quatorze horas do dia vinte e sete de março de dois mil e quinze no Auditório do bloco A do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais- Câmpus Juiz de Fora, o Senhor Diretor Geral e Presidente do Conselho de Câmpus, Professor Sebastião Sérgio de Oliveira, o Senhor Diretor de Extensão e Relações Comunitárias, Professor José Honório Glanzmann, o Senhor Diretor de Desenvolvimento Institucional, Professor Silvio Anderson Toledo Fernandes, o Senhor Diretor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, Professor Jefferson de Almeida Pinto, o Senhor Diretor de Administração e Planejamento, Professor Cláudio Roberto Barbosa Simões Rodrigues, a Senhora Raquel Loth de Carvalho representando o Diretor de Ensino, Professor Rodrigo Rodrigues Alvim, o Senhor Vice Chefe do Departamento Acadêmico de Educação e Ciências, Professor João Paulo Lima de Miranda, representando o Professor Miguel Fabiano de Faria; o Senhor Chefe do Departamento Acadêmico de Educação e Tecnologia Professor Sandro Roberto Fernandes, os representantes docentes: Luís Oscar de Araújo Porto Henriques, Angélica Aparecida Silva de Almeida, Judith de Paula Araújo, Elena Konstantinova e Renato Pereira de Andrade, o indicado como representante da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora-seção sindical do Andes-SN (APES) Professor Luís Eduardo de Oliveira, os representantes dos Técnicos Administrativos em Educação (TAES), Alexandre Rocha Duarte, Dely do Carmo, Raquel Fernandes Polito. Havendo quórum, o Diretor Sebastião iniciou a reunião justificando as ausências do Diretor Prof. Rodrigo Rodrigues Alvim da Silva e Geovane Barbosa Morgado que estavam de férias, da servidora Aline Lucarelli Lavorato que estava em atendimento dos candidatos à isenção do Processo Seletivo 2015-2 e do prof. Emerson Augusto Priamo de Moraes que está afastado para pós-graduação. Continuou comunicando aos presentes que o Grêmio Estudantil elegeu seus novos representantes que o mais rápido possível iria agendar uma reunião com a nova diretoria para comunicar as faltas injustificadas dos representantes discentes às reuniões do Conselho de Câmpus. Disse ainda, que desde que assumiu a Direção vem realizando reuniões periódicas com os Centros Acadêmicos e com o Grêmio Estudantil e que essas reuniões tem resultado em parcerias e reflexões muito significativas. Em seguida, passou-se para o primeiro item de pauta: Apreciação das atas das reuniões ocorridas em 21 de agosto de 2014 e 02 de dezembro de 2014, perguntou se algum dos presentes gostaria de fazer algum questionamento. Como ninguém se manifestou, pôs em apreciação a aprovação das referidas atas, as mesmas foram aprovadas por unanimidade. Passou-se para o segundo item de pauta: Aproveitamento de cursos ou disciplinas feitas em outras Instituições no histórico do aluno, o prof. Luís Oscar, explicou que esse tema é uma demanda do prof. Marcelo Costa Pinto e Santos, coordenador do Curso de Bacharelado em Sistema de Informação, questionando como executar na prática, esse aproveitamento. Ele continuou seu relato, dizendo que atualmente na Instituição quando o aluno cursa uma disciplina, em outra Instituição, que tenha equivalência em 75% do conteúdo ou 75% da carga horária, o câmpus Juiz de Fora procede a dispensa da disciplina. O

questionamento é a respeito de quando o aluno cursa em outra Instituição disciplina que não tem equivalência em nossa Instituição, mas que a coordenação e o aluno entendem que o conteúdo é importante para o currículo do aluno. Como fazer para essa disciplina ser contada na grade curricular do aluno? O prof. Luís Oscar continuou sua fala apresentado que há duas propostas: a primeira seria criar essa disciplina na grade curricular do aluno, mas desse modo a Instituição estaria criando diferenciação entre os currículos. Ele relatou, que no Curso de Engenharia Mecatrônica, quando surgia essa demanda, a disciplina entrava com equivalência na disciplina de Tópicos Especiais de Mecatrônica I, II ou III. Mas com essa solução, poderia surgir outro problema: caso o aluno quisesse cursar a disciplina Tópicos Especiais de Mecatrônica I, II ou III, como iria contar como crédito, uma vez que o crédito já havia sido utilizado com a disciplina que ele havia cursado em outra Instituição? O prof. Cláudio indagou como o aproveitamento foi aprovado no Cepe? O Prof. Sebastião respondeu que a questão não foi aprovada pelo Cepe, apenas ficou estabelecido entre os membros daquele Conselho, que a questão seria encaminhada para consulta à Reitoria, de como seria realizado o aproveitamento de cursos ou disciplinas feitas em outras Instituições no histórico do aluno. O Prof. José Honório acrescentou que acompanhou a discussão da questão no Cepe, e achou legítimas as indagações feitas e que há consenso de que se as disciplinas são equivalentes, basta a Instituição proceder a dispensa, mas caso não haja equivalência, não há consenso sobre como realizar o aproveitamento da disciplina. O prof. Renato lembrou que a disciplina Tópicos Especiais era de ementa com livre escolha do professor que iria ministrá-la. Portanto, poderia haver mudança de ementa em tal disciplina de um semestre para outro. O Prof. Sandro relatou que no Curso de Bacharelado em Sistema de Informação a disciplina Tópicos Especiais tem conteúdo variável. Ele demonstrou ainda, uma dúvida, quanto ao fato de que caso dois alunos fossem dispensados em Tópicos Especiais por terem cursado uma disciplina em outra Instituição, mas no histórico vai aparecer a ementa da disciplina que está sendo ministrada e não a ementa que o aluno estudou na outra Instituição. A Prof.<sup>a</sup> Elena expôs que a disciplina opcional deveria ser mais flexível, pois na realidade a disciplina opcional é diferente da obrigatória. Se as Instituições não fizerem legitimamente as disciplinas opcionais mais flexíveis, o aluno pode achar que não vale a pena ir para o exterior. Na opinião do prof. Luís Oscar, as disciplinas opcionais já estão flexibilizadas. A Prof.<sup>a</sup> Judith perguntou se há outras disciplinas optativas além das de Tópicos Especiais. O prof. Luís Oscar explicou que há várias outras. O prof. Cláudio demonstrou preocupação com o futuro, uma vez que a disciplina afim é muito importante para o currículo dos alunos, mas se a disciplina não está na grade, pode não ser importante para o curso. Ele alertou sobre o perigo de aparecer alunos solicitando dispensa de disciplinas que não tenham a ver com o curso. O prof. José Honório relatou que há um conjunto de disciplinas optativas e que no PPC constam todas que ele pode escolher. Constatou ainda, que, por exemplo, na UFJF há um leque muito grande de disciplinas optativas para o aluno escolher. Para ele, o problema da tentativa de aproveitamento das disciplinas que ele cursou no exterior ser colocado na grade do aluno, é que o histórico desse aluno ficará diferente dos outros alunos do curso. Ele tem receio quanto à legalidade dessa situação. O Prof. Luís Oscar lembrou que o Regulamento Acadêmico da Graduação é muito bom e eficiente com relação à mobilidade acadêmica, pois ele cita que a coordenação de curso precisa autorizar as disciplinas que o aluno será dispensado. Continuou, dizendo que na opinião dele, a Instituição precisa estudar meios legais para "encaixar" as disciplinas cursadas pelos alunos em outras Instituições, que agregam valor ao currículo dele, mas que às vezes não tem equivalência com as nossas disciplinas. Ele disse também, que algumas Instituições no exterior só confirmam depois de seis meses, qual disciplina o aluno poderá cursar, outras informam antes, e assim, o aluno consegue obter a anuência da coordenação de curso, antes de cursar as disciplinas, assim minimiza um eventual prejuízo do aluno com relação a elas. O professor disse ainda, que de

acordo com a experiência já adquirida como Coordenador do Curso de Engenharia Mecatrônica, o que ele percebe é que a maioria dos alunos que vão para o "Programa Ciência sem Fronteira", prefere cursar disciplinas diferentes das que a Instituição oferece, para adquirirem mais conhecimento e ao mesmo tempo, quando retornam do Programa querem se formar no mesmo tempo do restante da turma. O prof. Sandro argumentou que se a Intuição permitir equivalência de uma disciplina que não está prevista no PPC do curso, está "forçando" para encaixar a disciplina na matriz da Instituição. O prof. José Honório comentou a ideia de aproveitar a disciplina cursada em outra Instituição como atividades complementares. O prof. Renato perguntou se a disciplina que não tem equivalência e é importante para o currículo do aluno, por que a Instituição somente não acrescenta a disciplina no histórico do aluno. A servidora Raquel respondeu que não há essa possibilidade, pois os históricos dos alunos apresentariam diferenças entre si. O Prof. Sebastião perguntou se os presentes gostariam de fazer mais alguma colocação, como ninguém se manifestou, ele encaminhou a matéria para votação, decidiu-se por unanimidade, que quando não houvesse equivalência entre a disciplina cursada em outras Instituições, os créditos poderiam ser aproveitados nas atividades complementares. A seguir passou-se para o terceiro item da pauta: discussão da atualização e regulamentação do SPCH, o Diretor Sebastião fez a retomada de todos os pontos que já haviam sido pacificados nos Conselhos de Câmpus anteriores tais como: professor 20h equivale a 0,7 pontos, divisões de turmas devem constar no PPC, professor que atua em dois núcleos conta proporcionalmente, as vagas de aposentados ficam no núcleo se a carga horária do núcleo for maior ou igual a média do SPCH e voltará para ser redistribuída pelo câmpus caso a carga horária do núcleo seja menor que a carga horária média do SPCH e a criação de mais departamentos, no momento, ficam inviabilizada, pois no câmpus Juiz de Fora não há funções gratificadas disponíveis. Completou sua ponderação, dizendo que o único item faltante é com relação à pesquisa e extensão. O diretor Sebastião contou que desde que assumiu a direção do câmpus Juiz de Fora vem travando uma verdadeira luta para que a distribuição dos cargos de direção e funções gratificadas sejam distribuídos de forma equânime entre os câmpus. Pois na concepção dele, as coordenações de Gestão de Pessoas, Contratos, Compras e Licitações, Registros Acadêmicos e Tecnologia da Informação deveriam ser retribuídas por cargos de direção e não funções gratificadas como ocorre hoje, mas deixou claro que a situação está dessa maneira, por que o câmpus Juiz de Fora não dispõe de mais cargos de direção. O prof. Sandro lembrou que quando for redistribuir o número de departamentos, automaticamente irá diminuir o número de professores de cada um e a demanda de trabalho, nesse caso, os chefes de departamentos poderiam ser retribuídos por funções gratificadas, mas no momento, com cada departamento alocando em média 80 professores e com uma demanda muito grande de trabalho isso seria inviável. O diretor Sebastião retomou que o único item que estava pendente de discussão foi o da pesquisa e extensão e que de acordo com ata da reunião ocorrida em 02 de dezembro de 2014, a professora Angélica apresentou uma proposta que pudesse contemplar a questão, nessa reunião estabeleceu-se entre todos os presentes que na próxima reunião do Conselho de Câmpus, esse assunto voltaria à pauta para que os conselheiros finalizem os itens faltantes do documento. O diretor Sebastião relatou que quando ele fez um Curso de Capacitação para Gestores dos IF's, em conversa com outros diretores, um dos únicos câmpus que não contemplava pesquisa e extensão era o câmpus Juiz de Fora e que também não tinha elaborado o Regulamento de Atividades Docentes (RAD). O professor Silvio expôs que se caso fosse consenso entre os presentes, o Conselho de Câmpus poderia propor uma comissão para realizar estudos sobre o RAD e que se colocava à disposição para participar. O prof. Sandro destacou a necessidade do câmpus Juiz de Fora regulamentar a carga horária entre os professores, pois atualmente, os professores que exercem cargos administrados, participam de projetos de extensão e treinamento profissional e realizam pesquisa,



dentre outras atividades tem a carga horária dividida do mesmo modo entre os professores que se envolvem em poucas atividades além da sala de aula. Desse modo, os docentes encontram dificuldades de redistribuir a carga horária para abertura de uma turma extra, um caso de licença ou afastamento para capacitação. Ele se colocou a disposição para participar da comissão de discussão do RAD. O prof. Luís Oscar acredita que muitos professores são contra o RAD e ele como representante dos docentes tem o dever de ser contra essa regulamentação. O Prof. Luís Eduardo disse que como representante da APES, entidade docente que vem denunciando os cortes brutais impostos pelo Governo nos orçamentos das Universidades e Institutos Federais, a política econômica atual tem como meta o achatamento dos salários dos servidores, com risco também de aumento da carga horária em sala de aula para os docentes. Em função desta conjuntura política, afirma que a discussão do RAD é muito preocupante. Disse ainda, que o ANDES rechaça qualquer iniciativa que preconize a mecanização e precarização do trabalho docente e que o Câmpus Juiz de Fora não pode se distanciar dos princípios de valorização da carreira docente. O Diretor Sebastião expôs que concorda com o posicionamento do prof. Luís Eduardo, mas que o RAD vai seguir os critérios estabelecidos na legislação que contempla no mínimo oito aulas e que a importância de se discutir o RAD, é que esse regulamento contempla pesquisa e extensão e a discussão desses pontos é interessante ao SPCH. O prof. João Paulo ponderou que o RAD poderia ter pontuação para lembrar algumas atividades típicas da docência que não estão sendo realizadas a contento por parte de alguns professores, tais como: lançamento de notas no período correto, dentre outras. Disse também ser contra qualquer sistema de rankiamento, por exemplo, se o docente não atingir certa pontuação, é obrigado a fazer certas atividades, é importante que ele não tenha viés de punição. O diretor Sebastião relatou que em alguns casos, o afastamento temporário de docentes para ocupar cargos administrativos, o ônus fica para o núcleo, por exemplo: no Câmpus Juiz de Fora atualmente há docentes nessa situação na Reitoria, que não tem direito a substituto e o ônus fica para o núcleo e para o câmpus. Disse ainda que, a Direção não tem mecanismos legais para obrigar o professor a rejeitar o convite ao cargo administrativo e permanecer no câmpus para ministrar suas aulas. O professor Cláudio ressaltou a necessidade dos professores se organizarem enquanto classe, para cobrar de colegas de profissão que façam de maneira eficiente pelo menos o mínimo das oito aulas exigidas por lei e que também os chefes de departamento precisam ter mecanismos para essa cobrança. O professor Renato anunciou que em sua opinião não vê o RAD como um rankiamento. Na opinião dele, para o RAD não faz diferença se o docente é 40 horas e está ministrando 12 aulas por semana, a preocupação do regulamento é qual atividade o docente faz fora do horário das aulas. Para ele, esse sistema não é punitivo, está baseado na meritocracia. Para o prof. Luís Eduardo, é obvio que o professor dedicação exclusiva tem que cumprir com suas obrigações, mas acha que não devemos ficar apontando dentre os colegas quem faz mais atividades e quem faz menos. Segundo o professor, a mudança de nível na carreira não deve ser uma corrida de obstáculos e sim um direito dos docentes. O prof. Jefferson levantou a seguinte dúvida: serão convidados membros externos ao Conselho de Câmpus para comporem a comissão? Na opinião do prof. Silvio, os membros do Conselho deveriam compor a comissão que elaborariam as diretrizes gerais e depois a discussão poderia ir para consulta pública. Para o prof. Sandro a ideia dos membros da comissão saírem dos conselheiros do Conselho de Câmpus otimiza o tempo. O prof. João Paulo por outro lado, disse que a composição da comissão deveria ser aberta a todos os servidores interessados e acha importante que os membros estabeleçam prazos a serem cumpridos. O diretor Sebastião demonstrou sua preocupação com relação à participação dos diretores na comissão, o que pode gerar uma ideia errônea de que a Direção é autoritária e está com pretensão de controlar as atividades docentes. A Prof.<sup>a</sup> Angélica disse não concordar com a ideia de que a consulta pública não é democrática,

pelo contrário é um dos meios mais democráticos de decisão, uma vez que só não participa quem não quer. O prof. Renato sugeriu que o Diretor mandasse um e-mail para todo o câmpus convidando todos os servidores a participarem, assim a escolha seria bem democrática. O prof. Jefferson relatou que em 2013 houve uma consulta pública e que depois os dois departamentos fizeram a compilação de todas as contribuições que surgiram da consulta e que dessa maneira funcionou muito bem. O prof. Silvio relatou que em 2011, na gestão da Chefia de Departamento do prof. Wagner Belo e da prof. Sonia Paranhos, houve a discussão dos critérios do RAD e que pouquíssimos professores participaram. Após essa ampla discussão, o diretor Sebastião encaminhou para votação se os discentes participariam da comissão de estudo sobre o RA e com 10 votos a favor, cinco contra e uma abstenção, ficou aprovada a participação de discentes na referida comissão. O prof. Luís Eduardo esclareceu que a discussão não é só para atender aos docentes, pois uma discussão mais democrática gera maior qualidade do ensino, maior quantidade de bolsas de atendimento estudantil, de treinamento profissional e monitoria, principalmente uma maior politização dos alunos e a necessidade de se reconhecer no aluno o protagonista de todo processo de ensino. O diretor Sebastião complementou que a participação dos discentes nas discussões da Instituição vem sendo muito importante, por exemplo, desde que assumiu a direção vem realizando reuniões mensais com os centros acadêmicos e percebe que as observações que eles fazem são muito interessantes. O Prof. Luis Eduardo ressaltou no que se refere aos princípios norteadores dos trabalhos da comissão sobre o RAD, por iniciativa do representante da APES, aprovou-se que: 1º) De modo algum a RAD do Campus deverá resultar em situações que favoreçam a precarização do trabalho docente em nossa instituição, como o aumento da relação professor-aluno e de horas em sala de aula, vinculação de parcela de salário e/ou da progressão funcional ao cumprimento de metas quantitativas, posto que descaracterizam a carreira e prejudicam a qualidade do trabalho docente; 2º) De modo semelhante, a RAD do Campus não deverá estabelecer quaisquer forma de ranqueamento e/ou sistema de acúmulo de pontos, pautados em referencias estritamente produtivistas, que criem obstáculos à progressão por tempo na carreira, que é um direito garantido do docente e 3ª) Por fim, a RAD do Campus deve ser um instrumento de valorização da função social e acadêmica do regimento de 40 DE, favorecendo sempre o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e o exercício das funções administrativas fundamentais à instituição. O próximo encaminhamento foi sobre a composição da comissão de estudo sobre o RAD, por unanimidade foi aprovada a seguinte composição: dois chefes de departamento, três representantes do segmento docente, um representante da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora – seção sindical do Andes – SN (APES), dois representantes do segmento discente e o Diretor de Desenvolvimento Institucional. Passado esse item de pauta, o diretor Sebastião passou para os informes, relatou que o Governo Federal prevê um contingenciamento dos recursos financeiros na ordem de 15 a 25% e no segundo semestre desse ano, a expectativa é que essa perspectiva melhore, mas mesmo assim, a Instituição para se adequar ao contingenciamento dos recursos, necessitou racionalizar o uso do veículo oficial, cortar o orçamento destinado às diárias internacionais e diminuir alguns postos de serviços terceirizados. Ele achou importante repassar essas informações aos conselheiros para que a comunidade acadêmica não pense que essas atitudes são atos exclusivos da Direção, mas sim uma necessidade de adequação ao cenário econômico. Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se, às dezesseis horas e trinta minutos, sendo a ata lavrada por mim, Thais Brito Dibo Thais Brito Dibo, Chefe de Gabinete, e assinada pelos membros do Conselho que fizeram presentes:

Angélica Silva A. de Almeida \_\_\_\_\_;

Alexandre Rocha Duarte \_\_\_\_\_;

Cláudio Roberto Barbosa S. Rodrigues [Signature]  
Dely do Carmo [Signature]  
Elena Konstantinova [Signature]  
Jefferson de Almeida Pinto [Signature]  
Jose Honório Glanzmann [Signature]  
Judith de Paula Araújo [Signature]  
João Paulo Lima de Miranda [Signature]  
Luís Oscar de Araújo Porto Henriques [Signature]  
Luís Eduardo de Oliveira [Signature]  
Raquel Fernandes Polito [Signature]  
Raquel Loth de Carvalho [Signature]  
Renato Pereira Andrade [Signature]  
Sandro Roberto Fernandes [Signature]  
Sebastião Sérgio de Oliveira [Signature]  
Silvio Anderson Toledo Fernandes [Signature]